

Líderes governistas querem abono por voto

14 AGO 1990

BRASÍLIA — O governo recebeu ontem nova advertência de que poderá sofrer derrota na votação da política salarial, caso não conceda um abono também aos aposentados. Desta vez o alerta partiu do vice-líder do PRN, senador Ney Maranhão, que foi ao ministro da Justiça, Bernardo Cabral, para dizer que seria "suicídio político" para os parlamentares que apoiam o presidente Collor sustentar um voto ao abono em véspera de eleição.

Maranhão passou a fazer companhia aos líderes do PFL, Marco Maciel, e ao vice-líder do governo na Câmara, Konder Reis, que transmitiram o mesmo tipo de preocupação à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, já na semana passada. Ele acha que o governo tem um bom trunfo ao argumentar com a desaceleração dos índices de inflação, mas isto, por si só, não seria suficiente. O eleitor mostra-se particularmente sensível à causa dos aposentados e, em votação secreta, a bancada do governo talvez não sustentasse o voto à política salarial, se não puder ao menos contar com a alternativa de acenar com o abono aos aposentados durante a campanha eleitoral.

Negar quorum também não é considerada uma boa alternativa, pois não funcionaria em véspera de eleição. Quem não comparece a uma votação desse tipo torna-se alvo fácil de ataques de adversários, e pode ser acusado de não ter defendido interesses de trabalhadores. "Nossos companheiros que buscam a reeleição estão encurralados no canto da parede pela CUT e pelo PT. Ninguém vai partir para o suicídio", afirma Maranhão.

Os líderes do governo pretendem evitar a votação do voto na semana que vem, já programada pela oposição. Para isso, querem ganhar tempo e negociar a extensão do abono. A arma da bancada governista é utilizar-se de recursos regimentais,



AE
Maranhão: "suicídio político"

contestando a inversão de pauta, solicitada pela oposição, que levaria a votação do voto presidencial à lei salarial a frente de outros 57 itens da ordem do dia.

Maranhão acha que a ministra Zélia pode ser convencida da necessidade de se estender o abono aos aposentados, argumentando que esse seria o mal menor. A Previdência sofreria prejuízos menores do que no caso da volta da indexação dos salários, se o voto presidencial for derrubado.

As articulações de Maranhão ocorreram com o Congresso praticamente deserto. O Senado abriu a sessão mas, na Câmara, não houve quorum sequer para abertura dos trabalhos. As discussões em torno do voto à política salarial levou alguns deputados e senadores, contudo, a interromper suas campanhas nos Estados. Os diversos líderes empenham-se em conseguir quorum para a próxima semana, quando a matéria será apreciada.